

WOORTMANN, Klaas. 2004. O Selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, Humanismo e Escatologia. Brasília: Editora UnB. 300 pp.

Marcos Silva da Silveira
UFPR

O Selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, Humanismo e Escatologia constitui, na verdade, continuação de um primeiro título, *Religião e Ciência no Renascimento*, publicado pela EDUNB em 1997, resultado, ambos, de um projeto de pesquisa sobre a história das teorias antropológicas. O tema foi alvo de um Seminário Avançado de Pesquisa, realizado no primeiro semestre de 1995, no doutorado de Antropologia da Universidade de Brasília, que tive o privilégio de cursar, juntamente com Maria Inês Smiljanic Borges, daí o interesse por resenhar a presente obra.

Religião e Ciência no Renascimento viria a explorar a complicada relação entre religião e ciência, na história do pensamento moderno, revelando, ao contrário dos estereótipos correntes, não uma emancipação heróica da ciência frente à religião. O texto expõe, ao longo da história, as ambigüidades do Renascimento, onde tanto os primeiros cientistas utilizam fontes místicas e religiosas, quanto instituições religiosas utilizam a ciência nascente como forma de legitimar suas proposições sobre o universo.

A grande questão não estaria, de fato, nem na ciência nem na religião enquanto formas de explicação do mundo, mas no próprio mundo a ser explicado, pois, devido aos descobrimentos causados pelas navegações extracontinentais, um novo mundo exigia explicações. Havia um novo universo também, graças à revolução de Copérnico, e uma nova humanidade, com a necessidade de incluir os povos ameríndios na noção européia de homem. Para uma humanidade que se confundia com cristandade, como situar os ameríndios? Eram povos antediluvianos? Seriam pré-adâmicos, e, seria isto possível? Não seriam humanos? É este tema, apenas um breve tópico de *Religião e Ciência no Renascimento*, que Klaas Woortmann irá desenvolver em *O Selvagem e o Novo Mundo*.

Embora sua pretensão seja modesta, trazer para o público brasileiro, em especial alunos de graduação, reflexões de historiadores e outros cientistas sociais a respeito da gênese do moderno pensamento científico, os resultados não o são. Seja pelo volume de obras consideradas, seja pelo original diálogo entre filósofos da ciência e toda uma série de autores, brasileiros e latino americanos, devotados ao tema da construção da idéia do ameríndio, o livro surpreende pela abrangência e pelas questões que suscita.

O Selvagem e o Novo Mundo está dividido em três grandes capítulos. No primeiro, “o contexto das idéias no século XVI”, o autor faz uma retomada do volume anterior, apresentando as idéias inovadoras que irão reinventar a visão de mundo européia, para além da visão teológica do catolicismo e do impacto da Reforma protestante sobre a hegemonia católica. Lutero daria uma enorme importância à língua viva, falada pelo povo, traduzindo a Bíblia para um idioma alemão que ele termina por inventar. Nesta autêntica criação cultural encontra-se todo um impulso aos estudos filológicos, pois a tradução da Bíblia continha um princípio crítico. Era preciso resgatar o sentido original do texto bíblico, como gerado em suas origens e reapresentá-lo de forma a fazer sentido naquela época. O germe da idéia de história, da idéia de cultura, da moderna noção de significado social estava contido no projeto luterano.

Ao mesmo tempo em que a Reforma, o Renascimento e as navegações abriam o espírito da época a um novo mundo, o velho mundo continuava presente, na forma do medo do anticristo, do juízo final e tudo o mais de escatológico que o cristianismo medieval continha, personificado pela ameaça dos turcos do Império Otomano, “às portas de Roma”. A este “outro” por excelência, o muçulmano, o indígena americano irá somar-se, como um “novo outro” percebido e interpretado pelos mesmos olhares medievais que se lançam na aventura do Renascimento. Este é o argumento central do livro, expor esta ambigüidade fundamental entre o novo olhar renascentista e o velho olhar medieval, a partir da percepção européia dos habitantes do “novo mundo”.

É sobre os problemas desta percepção ambígua que o autor irá discorrer no segundo capítulo, “as representações européias do ameríndio”. Uma das primeiras questões colocadas pelo autor vem a ser justamente como situar os índios frente ao texto bíblico. Pois se estes estavam *além do oceano*, nas antípodas, lugares habitados por seres satânicos, selvagens e monstruosos, eles pareceriam ser, também, *anteriores ao dilúvio*, quando o oceano cobriu a terra para exterminar uma humanidade corrompida. Como aqueles povos, os ameríndios, poderiam ter sobrevivido e como seria possível situá-los num esquema moral, já que a geografia do dilúvio era, basicamente, uma questão moral? Havia também novos animais e plantas, e faltava uma série de animais e plantas úteis à humanidade, que teriam sido salvos pela Arca de Noé.

O autor irá demonstrar como todo o imaginário medieval sobre os habitantes das antípodas veio a ser projetado sobre os povos da América, a ponto de ser quase impossível buscar uma objetividade nesses relatos,

mesmo os da parte de autores engajados na questão da sobrevivência dos índios, como Bartolomeu de Las Casas. Noções de selvageria e de ausência de civilização e humanidade, tais como utilizadas pelos gregos para descreverem os Citas, pelos romanos para descreverem os germânicos, pelos medievais para descreverem os longínquos irlandeses, reaparecem para caracterizar os ameríndios. Canibalismo, promiscuidade sexual, ritos sangüinários, idolatria, demonologia, monstrosidades, tudo é transposto para o “novo mundo”. Daí a abundância de ilhas paradisíacas ou habitadas por monstros sem cabeça; tribos de mulheres guerreiras, associadas às Amazonas; seres com cabeça de cachorro, que evidentemente nunca existiram empiricamente, mas que existiram nos relatos da Antiguidade e da Idade média, e voltariam a existir nas representações renascentistas dos ameríndios.

Nem tudo se resume a uma visão medieval do outro, porém: eis a questão que o livro quer demonstrar. Em torno do debate sobre se os índios seriam ou não humanos, se teriam ou não alma, se poderiam ser salvos da influência de satã, pela conversão ao cristianismo, estava se formando, no final das contas, uma nova visão do que seria humanidade, indivíduo, religião, cultura, civilização, e, é claro, barbárie e selvageria. Nem tudo seria assim tão fantasioso e escatológico. O autor procura mostrar, no final do capítulo, como o humanismo renascentista irá nascer se debruçando sobre as mesmas questões, estabelecendo um diálogo entre fontes clássicas e relatos dos usos e costumes dos povos ameríndios, postulando uma nova moral e uma crítica à civilização européia da época, como na exemplar obra de Montaigne sobre os Tupinambás do Brasil.

O terceiro capítulo, “o selvagem e a história”, procura condensar os argumentos principais do livro. As noções medievais de humanidade estavam alicerçadas a partir de duas noções teológicas: a *gesta dei*, o caminho da humanidade da queda de Adão à vinda de Cristo, e deste até o juízo final; e a *grande cadeia do ser*, uma ordem cosmológica imutável e evolutiva, onde toda a criação divina culminaria no ser plenamente humano, o cristão civilizado. A evidência dos ameríndios questionava profundamente as duas crenças, num momento em que a reforma protestante, Copérnico e os demais precursores das ciências abalariam a visão de mundo medieval por outras vias.

Embora vistos como seres selvagens, em algum lugar entre a humanidade propriamente dita, cristã e civilizada, e as bestas ou os monstros, a partir de perspectivas medievais, não poderiam mais ser apenas aquele tipo de “selvagem”, já que as perspectivas medievais estavam, elas mesmas, sendo profundamente questionadas. Toda a valorização dos clássicos greco-romanos, das obras antigas, a crítica às fontes bíblicas, chamava a atenção para outros seres humanos, situados no tempo e percebidos enquanto humanidade ancestral. Uma ancestralidade ampliada, não mais restrita àquela encontrada no Velho Testamento. Tal percepção, renascentista no sentido estrito do termo, levaria ao surgimento de uma nova visão erudita de homem, onde os “selvagens” poderiam ser encaixados como “primitivos”, ou seja, como evidências vivas das primeiras formas da humanidade, tal qual

os textos clássicos haviam considerado. Nasciam as preocupações propriamente etnológicas, o interesse pela pesquisa histórica e pela investigação arqueológica. Havia uma humanidade universal, com um passado cujo resgate era possível, graças à pesquisa de fontes e sítios históricos. Havia, também, uma outra humanidade, onde este passado estava preservado, como um outro situado numa paradoxal posição. Embora presentes, só faziam sentido enquanto presença viva de um passado.

Há mais o que dizer a respeito das considerações finais do autor, que não esgota a série com este volume. Creio que, para concluir, é satisfatório chamar a atenção ao tema constante que quer evidenciar: as ambigüidades renascentistas. Um mundo situado entre o velho e o novo, o mágico e o racional, o religioso e o científico. De certa maneira, apesar de todos os avanços tecnológicos e da racionalidade moderna, esta ambigüidade continua nos constituindo. Se, “jamais fomos modernos”, como afirmou provocativamente Bruno Latour, talvez seja porque nunca deixamos – nem deixaremos jamais – de ser renascentistas, vivendo uma tensão constitutiva insuperável.

A ênfase na questão do selvagem e do novo mundo, por sua vez, remete-nos a temas muito familiares, como o nosso próprio senso comum brasileiro. Afinal, categorias jocosas como “sua besta”, “animal”, “selvagem”, “safado”, “corno”, “bugre”, “viado”, “alucinado”, “bruxa”, “retardado”, “leso” parecem evocar, após a leitura deste livro, uma raiz comum, nas representações européias sobre a incômoda diferença dos habitantes do novo mundo aos olhos e esquemas mentais medievais. Tema afim da obra de Laura Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, com quem dialoga muito bem. *O Selvagem e o Novo Mundo* tem também este mérito, fruto da maturidade intelectual do autor. Partindo de um olhar sobre um outro olhar, no caso as representações renascentistas dos habitantes das atuais Américas, conduz-nos, fechando o círculo de um projeto antropológico de vulto, de volta a nós mesmos, os atuais habitantes deste mundo, nem tão novo nem tão velho.

Marcos Silva da Silveira é doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná.